



47

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2016

# Timor Português – Produção e Mercados na década de 1920

## *Portuguese Timor – Production and Markets in the 1920s*

CÉLIA REIS

Instituto de História Contemporânea - FCSH/NOVA  
celiareis1@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/07/2015

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

### *Resumo:*

A colónia portuguesa de Timor apresentava-se com múltiplas possibilidades de exploração, mas a realidade era diferente. Neste artigo, baseado nos relatórios e ofícios dos gerentes do Banco Nacional Ultramarino na década de 1920, analisam-se as suas principais produções agrícolas, verifica-se a dificuldade da exploração petrolífera e salientam-se as relações comerciais; consideram-se igualmente os obstáculos ao desenvolvimento local. Estes deviam-se a razões locais, como a falta de infraestruturas, as políticas seguidas e a falta de direção pela mudança de governadores, mas também à dificuldade de afirmação internacional da colónia, mantendo-se na dependência dos mercados vizinhos.

### *Palavras-chave:*

Timor; Colonialismo; Produções; Mercados.

### *Abstract:*

Portuguese colony of Timor was presented as having multiple possibilities of exploitation, but the reality was different. In this article, based on reports and letters of the Banco Nacional Ultramarino (Overseas National Bank) managers, in the 1920s, I analyse its main agricultural products, the difficulty of the oil exploration and the trade relations; I also consider the obstacles to local development. These were due to local reasons, such as need of infrastructure, the policies and the lack of direction by the change of governors, but also the difficulties to assert internationally, which led it in dependence on the nearest markets.

### *Keywords:*

Timor; Colonialism; Productions; Markets.

## **Introdução**

Os processos de colonização que se desenvolveram a partir do século XIX incorporaram o domínio geral sobre territórios nos quais, entre outras vertentes, se procurou o crescimento económico, com exploração dos recursos existentes. A partir do final dessa centúria, particularmente quando se viu perante acometimentos estrangeiros para com as suas colónias, Portugal desenvolveu projetos de fomento para as mesmas; todavia, a sua concretização nem sempre se efetivou totalmente, ou segundo um projeto linear. Este processo foi igualmente diversificado perante os espaços que compunham os seus domínios coloniais.

Timor, a mais distante de todas as colónias portuguesas, apresentava-se sob diversos aspetos: para muitos constituía, sem dúvida, o lugar longínquo e inóspito onde exercer uma função pública ou mesmo de castigo, de exílio; já para os mais interessados pelas questões da colonização a visão era dupla, entre os que realçavam a falta de ligações a Portugal, o atraso, mesmo a inutilidade da posse, e os que se esforçavam por evidenciar as suas inúmeras possibilidades.

São poucos os estudos que abrangem a década de 1920 em Timor, a qual pretendo aprofundar agora, contemplando os aspetos da produção e mercados a partir de uma visão específica: a dos gerentes do Banco Nacional Ultramarino (BNU). Com efeito, o núcleo documental elaborado por estes intervenientes, composto por alguns dos relatórios e pela correspondência enviada periodicamente à sede, em Lisboa<sup>1</sup>, integra muitos aspetos da vida local, permitindo-nos conhecer com maior pormenor a evolução local e, por ela, aspetos importantes da colonização portuguesa.

## **O contexto timorense**

Depois de os portugueses terem chegado a Timor, a sua presença e soberania exerceram-se de forma diferenciada ao longo da ilha, assentando essencialmente na sua parte leste. O confronto com os holandeses, vindo de trás, prosseguiu no século XIX, conduzindo a negociações com resultados diferenciados: o Tratado que Lopes de Lima [1851-1852] assinou com os neerlandeses levou à cedência de alguns territórios a troco de 200.000 florins. Mantiveram-se, depois disso, questões pendentes, que conduziram à assinatura de algumas convenções. Todavia, a manutenção de algumas indefinições justificou que o assunto passasse para o Tribunal Permanente de Arbitragem da Haia, que o resolveu em 1914.

---

<sup>1</sup> A documentação do BNU está integrada no Arquivo da Caixa Geral de Depósitos. O arquivo passa a ser indicado como BNU.

Foi, portanto, nas vésperas da I Guerra que as fronteiras entre as duas colónias ficaram definitivamente delimitadas. Ainda assim não faltaram dificuldades à administração portuguesa, que teve de enfrentar a continuação de ameaças holandesas e a apetência de outros interessados, como a Austrália<sup>2</sup>.

No contexto português, Timor tornou-se um distrito autónomo em 1896, continuando, no entanto, dependente financeiramente de Macau; a sua reorganização administrativa foi decretada no ano seguinte e, em 1909, elevou-se à categoria de província; em 1928, a colónia perdeu a sua autonomia financeira devido aos sucessivos défices<sup>3</sup>. Internamente, e para além da organização geral comum às diferentes colónias, a administração baseava-se essencialmente nos comandos militares, complementados, a partir de 1920, por circunscrições civis. Os responsáveis pelas duas estruturas correspondiam às verdadeiras autoridades locais, responsáveis pela defesa, pelas questões civis que envolviam os indígenas ou mesmo pela imposição dos cultivos obrigatórios.

Internamente, o domínio português, assente na lealdade dos reis locais, nem sempre correspondia a uma realidade efetiva. A ameaça era ainda maior pelos movimentos de insubordinação registados, alguns conjugando vários povos. As «campanhas de pacificação», ou guerras de subordinação, foram intensas particularmente após a chegada ao território do governador José Celestino da Silva [1894-1908]. Em 1911-12, entretanto, a colónia portuguesa foi sacudida por nova revolta, que, sendo dominada, conduziu à pacificação definitiva<sup>4</sup>.

O desenvolvimento económico constituía um tópico essencial da ação colonizadora global, que aqui se procurou incentivar; aliás, a literatura colonial repetia constantemente a lista das potencialidades da colónia, que a tornavam verdadeiramente um S. Tomé e Príncipe na Oceânia<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Célia Reis, “Macao et Timor. Le Souveraineté Portugaise et l’Incidence de Guerre de 1914-1918”, *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, 256 (October 2014), p. 72.

<sup>3</sup> Decreto n. 15.853, 15-8-1928, *Diário do Governo (DG)*, I série, n. 186.

<sup>4</sup> Sobretudo, Katharine G. Davidson, *The Portuguese Colonisations of Timor: The Final Stage, 1850-1912*, tese de doutoramento, University of New South Wales, 1994; Fernando Augusto de Figueiredo, *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 75-76; Geoffrey C. Gunn, *Timor Loro Sae. 500 Anos.*, Macau, Livros do Oriente, 1999, p. 193-204; Jaime do Inso, *Timor 1912*, Lisboa, Cosmos, 1939; René Pélissier, *Timor Em Guerra. A Conquista Portuguesa: 1847-1913*, Lisboa, Estampa, 2007; Ricardo Roque, *Headhunting and Colonialism. Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire. 1870-1930*, New York, Palgrave Macmillan, 2010.

<sup>5</sup> Célia Reis, «As Colónias Portuguesas do Oriente na Literatura Colonial – do Ultimatum ao fim da República» in Maria Fernanda Rollo *et alia* (coord.), *Encontro Europa-Oriente, Oriente-Europa. Perspectivas Coloniais dos Séculos XIX e XX*, [Lisboa], IHC, FCSH e Rede de História Contemporânea, 2014, p. 24-43 (disponível em <http://run.unl.pt/handle/10362/13719>).

A perda de importância da exportação do sândalo na segunda metade do século XIX determinou uma mudança de orientação, apostando-se no café, mesmo recorrendo ao cultivo obrigatório<sup>6</sup>; mais tarde, particularmente durante o governo de José Celestino da Silva, continuado particularmente por Filomeno da Câmara, o trabalho obrigatório tornou-se uma realidade<sup>7</sup>.

Para além desta realidade social, a ação de José Celestino da Silva caracterizou-se outrossim pela implementação de medidas com vista ao desenvolvimento económico, assistindo-se à introdução de algumas das grandes plantações. O próprio governador fundou a Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho (SAPT), a que se juntaram a Companhia de Timor e a Sociedade Comercial, Agrícola e Industrial de Timor. Mais tarde, criaram-se granjas estatais e plantações do Estado.

Pouco depois da implantação da República, assumiu o poder em Timor Filomeno da Câmara de Melo Cabral [1911-1917], que empreendeu igualmente toda uma ação com vista ao desenvolvimento económico da colónia.

### O BNU e os seus gerentes

Feita a análise geral da situação da colónia, impõe-se agora uma síntese relativa à ação do Banco Nacional Ultramarino. Criado por Carta de Lei de 16 de maio de 1864, tinha como missão o apoio financeiro, introduzindo capitais metropolitanos nos domínios coloniais, e a unificação monetária colonial, tendo-lhe, por isso, sido concedido o privilégio de emissão de notas nas colónias de África<sup>8</sup>. Verdadeiramente, deveria ser, ou assim se assumia, como o Tesoureiro do Estado, pelo menos em 1911<sup>9</sup>.

Todavia, os dois primeiros pontos constituíam justamente o conjunto que menos associava o BNU a Timor, pela distância a que o seu comércio se encontrava da metrópole e pela utilização das moedas de âmbito local, a pataca mexicana ou o florim holandês. A pequenez do espaço português terá, sem dúvida contribuído para fosse a última colónia a contar com a agência

<sup>6</sup> Por exemplo, Olivier Sevin, “Le Café au Timor-Oriental”, *Cahiers d’Outre-Mer*, 233 (March 2006), p. 2 (paginação on-line, in <https://com.revues.org/191> - consultado a 7-5-2016); Christopher J. Shepherd and Andrew McWilliam, “Cultivating Plantations and Subjects in East Timor: a Genealogy”, *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, 169 (2013), p. 330.

<sup>7</sup> Entre outros, Shepherd and McWilliam, cit., p. 331–336. Para uma realidade mais alargada, Miguel Bandeira Jerónimo, *Livros Brancos, Almas Negras. «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

<sup>8</sup> João Estevão, *Moeda e Sistema Monetário Colonial*, Lisboa, Escher, 1991, p. 28-31.

<sup>9</sup> <https://www.bnu.tl/Grupo-CGD/Historia-BNU/Documents/Criacao-mais-remota-agencia-bancaria-do-imperio-colonial-portugues.pdf>, consultado em 30-5-2014.

local, só aberta em 1912<sup>10</sup>. Encontrando-se a economia local essencialmente no papel de subsidiária dos mercados vizinhos, principalmente de Macáçar, logo de início se considerava a possibilidade de a ação do BNU vir a romper com esta limitação, mas o impacto no financiamento local revelou-se limitado. As estruturas anteriores mantiveram-se, cabendo aos chineses um papel essencial na garantia das atividades económicas.

Ao raiar o ano de 1920, era Armando Monteiro de Barros quem geria a filial do BNU em Díli, mas deverá ter saído da colónia, por questões de saúde, no ano seguinte<sup>11</sup>, sendo substituído pelo Inspetor no Oriente, Guilherme de Meneses. Em julho de 1922, a função foi entregue a Júlio Montalvão e Silva<sup>12</sup>, que se manteve nos anos seguintes.

Júlio Montalvão e Silva era um conhecedor da realidade timorense, como assegurou o seu antecessor quando lhe transmitiu a gerência<sup>13</sup>. Assim sucedia, de facto, sendo descendente de um dos mais célebres governadores da colónia, José Celestino da Silva<sup>14</sup>. Muito crítico em relação às sucessivas autoridades de Timor, encontram-se, por vezes, referências elogiosas ao seu antepassado, embora sem assumir a relação; entre outros exemplos, disse que era «a quem Timor tudo deve bem como Portugal na sua soberania em Timor»<sup>15</sup>.

Não dispomos de um estudo mais aprofundado sobre estas personalidades e sobre o papel desempenhado na expansão. Parece, no entanto, que este último tinha uma visão mais lata, em que as questões inerentes à vida bancária se aliavam a uma perspectiva de fomento da colónia, com contínuas críticas, mas igualmente com iniciativas próprias, como à frente se verificará. Já o seu predecessor Monteiro de Barros apresentou uma visão mais restrita: a propósito de um empréstimo ao Governo local, em que pelo menos uma parte seria para a construção de estradas, considerou que não se justificava a intensificação do fomento, uma vez que na colónia existiam apenas duas companhias agrícolas, relativamente pequenas, e três comerciantes de retalho<sup>16</sup>.

As descrições feitas pelos gerentes do BNU interligavam profundamente as questões económicas com os centros de poder político local, não apenas pela

---

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> BNU, 032.31/388, of. de Macau, 18-8-1921.

<sup>12</sup> BNU, 032.31/388, of. de Díli (Díli), reservado (res.) n. 24, 25-6-1922.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> Deverá ter sido o neto de José Celestino da Silva, filho do homónimo Júlio Montalvão e Silva. Agradeço a amabilidade do Prof. Dr. Júlio Montalvão e Silva pelas informações que me deu sobre estas ligações familiares.

<sup>15</sup> BNU, 032.4/23, relatório de 1930 (rel.) Todos os relatórios têm informação de 2.ª parte.

<sup>16</sup> BNU, 032.31/387, of. de Díli, confidencial, 14-1-1921.

forma mais geral da estratégia, mas sobretudo pelas decisões mais generalizadas; geralmente era a contestação às mesmas que figurava nas páginas desta documentação, pela quantidade e qualidade do funcionalismo, pelas despesas envolvidas, mas igualmente pela contraproducência, e mesmo destruição, em relação às iniciativas de desenvolvimento.

### **Dificuldades de colonização**

Não faltavam discursos sobre a necessidade e as modalidades da colonização, que radicavam essencialmente na associação a colonos e a recursos financeiros ocidentais, através da formação de sociedades, com utilização da mão-de-obra local<sup>17</sup>.

Em Timor faltavam, geralmente, estes colonizadores e meios suficientes. Para o primeiro fator concorriam, além da distância e da fama negativa da colônia, a atuação das autoridades locais, que não os atraíam. Desta forma, depois do governador Teófilo Duarte publicar diplomas concedendo vantagens que permitissem que vários militares recém-reformados aí se fixassem e empregassem os seus capitais, as decisões posteriores sobre o pagamento das reformas (que seriam saldadas em escudos, em Lisboa) determinaram a saída dos mesmos candidatos a colonos, perdendo o que tinham aplicado; nesse caso, a crítica alargou-se ao Governo metropolitano, que aceitara tal decisão sem responsabilizar alguém em Timor. As palavras de Júlio Montalvão e Silva, do BNU, evidenciaram a dificuldade em interessar possíveis pretendentes:

«Chega a parecer fantasia quando é pura verdade e admirar-se-hão um dia do pequeno numero de colonos em Timor? D'onde hão de vir? Tratados pelos comandos e autoridades por vezes, como são, nivelados a indígenas, sempre sujeitos à prepotência de lhes darem ou não darem mão d'obra, conforme as simpathias, quem será o tolo que se abalançara a vir tão longe gastar dinheiro e colher trabalhos?»<sup>18</sup>.

Eram, por isso, escassas as empresas de maiores dimensões. Entre elas, apenas a SAPT, que, como vimos, tinha sido fundada por José Celestino da Silva e continuava essencialmente ligada à sua família, se mantinha ao longo dos anos, pelo cuidado com a sua gestão e pelos investimentos realizados.

---

<sup>17</sup> Por exemplo, Oliveira, *op. cit.*, p. 428–434.

<sup>18</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930; igualmente 032.31/391, of. de Díli, res. n. 16, 27-3-1930.

Como «mãe», integrava a Empresa Agrícola de Timor e a Empresa Agrícola Perseverança.

A SAPT manteve-se como o mais dinâmico dos empreendimentos, aí se encontrando as melhores plantações, experimentando novas culturas – fez as primeiras experiências de quina, baunilha, palmeira de óleo, chá ou roselle - e aumentando as áreas das que já tinha; ao mesmo tempo alargou os seus mercados mesmo à Europa, ultrapassando a dependência da colónia holandesa vizinha. A sua ação ia mais longe e, pelo menos nalguns anos, era esta sociedade quem fornecia as sementes para as plantações a que os indígenas estavam obrigados<sup>19</sup>.

Ao contrário desta, a Companhia de Timor não resistiu e foi vendida a um a inglês, Kellie Smith<sup>20</sup>, que referiremos à frente.

Existiam igualmente outros interesses estrangeiros, solicitando concessões sobre as quais os próprios governadores suspeitavam de intenções especulativas<sup>21</sup>. Deste modo, em 1923, alguns australianos tinham pedido terrenos na costa sul, estando os mesmos pendentes das discussões travadas na Comissão das Terras; a John Fogarty, da mesma nacionalidade, foram, entretanto, concedidos 1640 hectares, destinados à cultura do algodão; o mesmo trouxe para a colónia três éguas para cruzamento com cavalos autóctones<sup>22</sup>.

Porém, a situação descrita em relação aos interesses estrangeiros revela tentativas de contorno da legislação, provocando algumas confusões judiciais e posterior anulação de possíveis benefícios. Deste modo, contrariando a obrigatoriedade de reconhecimento das sociedades que se organizavam para investimento, as mesmas optavam por mandar um dos elementos para obter propriedades em nome individual; quando algum acontecimento se impunha, não se reconhecia a associação; os sócios, por sua vez, procuravam vender a sociedade que não tinha existência legal<sup>23</sup>.

As vicissitudes mais conhecidas ocorreram em relação às propriedades que o já nomeado Kellie Smtih adquirira à extinta Companhia de Timor. Fora ele que tratara de todos os elementos individualmente, apesar de representar, não oficialmente, a Timor Development Company, de um grupo de capitalistas de Adelaide. A contenda que se gerou entre os sócios chegou aos tribunais

---

<sup>19</sup> Entre outros, BNU, 032.4/21, rel. 1923; 032.4/22, rel. 1924; 032.4/23, rel. 1930.

<sup>20</sup> BNU, 032.4/21, rel. 1923; 032.28/340, of. de Dili, res. n. 72, 8-11-1926.

<sup>21</sup> Figueiredo, cit., p. 208.

<sup>22</sup> BNU, 032.4/21, rel. 1923.

<sup>23</sup> BNU, 032.29/352, of. de Dili, n. 54, 13-10-1927.

londrinos<sup>24</sup>. Entretanto, por morte de Kellie Smith, foram a viúva e filhos que herdaram, sendo as propriedades livres vendidas a outra pessoa<sup>25</sup>.

O gerente do BNU foi, deste modo, a testemunha direta das questões que envolveram os processos de concessões em Timor, onde as grandes polémicas se relacionaram igualmente com a corrupção de alguns funcionários<sup>26</sup>.

Outro aspeto realçado pelos gerentes do banco prendia-se com a falta de resultados destas explorações estrangeiras; por exemplo, referindo-se às concessões feitas a ingleses, em 1924 ficou escrito que quem estava responsável pelas mesmas se caracterizava pela incompetência técnica e pela falta de qualidades morais, «dedicando o tempo ao abuso de bebidas e a muito pouco mais»; tendo os financiadores da sociedade enviado um substituto, este também já conhecia todas as lojas de bebidas<sup>27</sup>.

## **Aspetos produtivos**

### **As Repartições**

Consideremos agora os aspetos produtivos mais salientes.

Filomeno da Câmara, o primeiro Governador republicano de Timor e um dos que se mantiveram mais tempo nesse cargo, caracterizou-se pela ação de fomento que procurou imprimir, como atrás se referiu; entre outras ações adquiriu alfaias agrícolas e para descasque e limpeza de café, arroz, etc., para serviço da Repartição de Fomento Agrícola e Comercial.

Esta Repartição veio a ser substituída pela nova Repartição de Fomento Agrícola e Comercial no início da década de 1920; na mesma fase contratou-se um agrónomo e um veterinário e adquiriu-se uma máquina para fazer gelo<sup>28</sup>, mas a sua atividade mostrava-se reduzida. No relatório referente a 1921, escreveu o gerente do BNU que, apesar de dirigida por técnicos contratados, nada tinha realizado de útil: as granjas República e Eduardo Marques não produziam e as indicações transmitidas aos comandos militares, mesmo usando o *Boletim Oficial*, eram inadequadas e, por vezes, continham erros; os bovinos que o veterinário adquirira na Austrália para aperfeiçoamento das

---

<sup>24</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>25</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, n. 72, 11-12- 1928.

<sup>26</sup> José Joaquim de Ascensão Valdez, *Sobre Timor. Elementos para a Biografia do ainda Governador da Colónia Tenente Sr. Teófilo Duarte*, Lisboa, Imp. Lucas, 1928.

<sup>27</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>28</sup> BNU, 032.3/20, rel. 1922.

raças indígenas apresentaram-se de qualidade inferior aos locais e morreram devido ao tratamento que lhes foi ministrado contra febre da carraça; tendo organizado mostruários de produtos agrícolas, já estes estavam degradados quando os enviaram aos cônsules em Macáçar e Surabaia<sup>29</sup>; as alfaias agrícolas foram, entretanto abandonadas; ao silvicultor contratado mandou-se tratar da madeira a cortar e desbastar e a dirigir a serração de madeiras, em vez de tratar do plantio florestal<sup>30</sup>.

Ao longo dos anos sucederam-se as críticas ao funcionamento da mesma Repartição, pela sua ineficácia e lentidão próprias, mas também reconhecendo que as circunstâncias da colónia impediam o aproveitamento destes recursos: eram os chefes das circunscrições quem decidia sobre as plantações, ultrapassando os técnicos<sup>31</sup>.

### Principais culturas

O desenvolvimento da produção assentava, segundo o padrão imposto por Filomeno da Câmara, na cultura forçada, pelo menos do café, copra e cacau. Júlio de Montalvão e Silva, do BNU, pelo contrário, considerava que este processo era inadequado ao habitat das plantas, que se usavam solos impróprios e que o mesmo era prejudicial aos indígenas<sup>32</sup>. Na realidade, verificou-se, de facto, que o voluntarismo daquele governador não correspondeu à organização necessária, sendo os resultados inferiores aos esperados<sup>33</sup>.

Numa caracterização da evolução global, o café tornou-se a cultura essencial de Timor, a sua principal exportação. Com efeito, enquanto em 1858 correspondia apenas a 4,4% das exportações totais, as cifras elevaram-se a 60,7 % em 1920; nalguns anos já tinham, no entanto, ultrapassado 80%, o que viria a repetir-se<sup>34</sup>. Este facto deverá ter estado também relacionado com o aumento de áreas cultivadas, sobretudo por iniciativa particular e nos comandos de Suro

---

<sup>29</sup> BNU, 032.3/19, rel. 1921.

<sup>30</sup> BNU, 032.3/20, rel. 1922.

<sup>31</sup> BNU, *ibidem*; 032.31/391, of. de Dili, res. n. 16, 27-3- 1930.

<sup>32</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

<sup>33</sup> Shepherd and McWilliam, “Divide and Cultivate: Plantations and Environment in Portuguese Timor, 1860-1975”, in *Comparing Apples, Oranges, and Cotton. Environmental Histories of the Plantation*, Chicago, The University of Chicago Press, 2014, p. 147–148; “Cultivating Plantations...”, p. 335.

<sup>34</sup> Seguindo os números apresentados em Figueiredo, cit., p. 213, 219, 227. Sobre esta cultura veja-se também, entre outros, Sevin, cit.; Shepherd and McWilliam, “Divide and Cultivate”; “Cultivating Plantations...”.

e Manufai, onde, mais uma vez, se destacava a atividade da SAPT<sup>35</sup>; em 1930 ocupava uma área computada em 17.000 hectares, numa colónia de 10.000 quilómetro quadrados; as plantações dos indígenas raramente se situavam acima dos 1.000 pés<sup>36</sup>. Mas era uma cultura irregular, comumente contando-se com uma produção maior de três em três anos, a que se seguia uma mais fraca<sup>37</sup>. Dominava a espécie Arábica, apesar de se encontrar a espécie Robusta, também introduzida pelo primeiro governador republicano; a produção desta era diminuta, pela falta de interesse dos agricultores e porque a cotação se mostrava baixa<sup>38</sup>.

A plantação de coqueiros para produção de copra tinha sido incentivada por Celestino da Silva, passando a cultura forçada com Filomeno da Câmara<sup>39</sup>. A exportação, iniciada em 1902<sup>40</sup>, ocupava o segundo lugar nas estatísticas, embora longe da posição cimeira do café<sup>41</sup>.

A produção de cacau também começou no início do século e foi depois incrementada, até que a concorrência, no período seguido à Grande Guerra, levou à sua queda progressiva<sup>42</sup>. Terá sido, sem dúvida, por isso, que o responsável pelo BNU atribuiu ao desinteresse dos chineses a principal razão para esta diminuição da procura e redução da sua presença em mercados onde já era famoso, como Londres, Amsterdão e Hamburgo. Nestas circunstâncias, a cultura era restrita, quase só feita pela SAPT, em 1930<sup>43</sup>. Pouco antes, no entanto, o novo governador tinha mostrado interesse pela mesma, talvez pela sua anterior experiência em S. Tomé, e o comandante de Bobonaro distribuía destas plantas para os viveiros<sup>44</sup>.

A cultura da borracha, introduzida pela SAPT<sup>45</sup> teve sobretudo expressão a partir da década de 1920<sup>46</sup>. Kellie Smith, que já referimos, mostrou-se um dos mais entusiastas por esta produção pretendendo realizá-la em larga escala, mas

<sup>35</sup> BNU, 032.28/340, of.s de Díli, res. n. 52, 6-6-1926, n. 72, 8-11-1926.

<sup>36</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

<sup>37</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 30, 13-4-1928.

<sup>38</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 54, 13-10-1927.

<sup>39</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

<sup>40</sup> O gerente do BNU datou o início desta exportação de 1902, mas os primeiros números da mesma são apresentados para o ano de 1900 por Figueiredo. *Op. cit.*, p. 221.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 221, 228.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 221, 228-229.

<sup>43</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

<sup>44</sup> BNU, 032.3/391, of. de Díli, res. n. 33, 28-4-1929.

<sup>45</sup> Simões Martinho, «A Cultura da borracha em Timor», *Boletim Geral das Colónias*, vol. XXIV, 275 (1948), p. 208 (transcrito do *Diário de Coimbra*).

<sup>46</sup> BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 52, 6-6- 1926.

a sua morte interrompeu esse processo<sup>47</sup>. Deste modo, em 1930 o seu volume era pequeno, limitando-se a sua exportação à SAPT, mas por preços que não compensavam<sup>48</sup>.

Na mesma década animou-se igualmente a cultura do algodão, também iniciada anteriormente mas não desenvolvida de forma sistemática<sup>49</sup>. Os resultados foram diferenciados, pois a falta de chuvas levou ao fracasso da experiência realizada por uma companhia australiana no comando de Manufahi, mas houve melhores resultados noutras localizações<sup>50</sup>.

Outras plantações mostraram-se de algum interesse na mesma fase. Em 1923, começou a ser plantada a roselle (cuja fibra poderia ser usada para cordame e sacaria) pela SAPT, embora melhorada por ano seguinte, quando se encontrou uma época mais adequada à mesma; apresentava-se, nesse momento, apenas como uma perspectiva possível para o futuro. A Repartição de Fomentou estudou a possibilidade de implementar o tabaco, contratando um holandês para fazer viveiros numa das granjas do Estado e explicar a sua cultura aos indígenas – mas o gerente do BNU confiava pouco nas capacidades necessárias a esta função de quem tinha chegado à colónia portuguesa como fotógrafo<sup>51</sup>.

Este conjunto de culturas apresentava-se como o que mais se ligava à exportação, no momento ou como possibilidade de futuro; já não se encontrava nas mesmas circunstâncias o sândalo, outrora a mais importante, mas que agora, por problemas de produção, acabou oficialmente com a proibição do corte a partir de 1925; não obstante a dificuldade em fazer cumprir a determinação, tinha pouca presença no comércio timorense.

Outras eram as «culturas pobres», essencialmente para consumo local devido à escassez das estruturas adequadas: ao milho, arroz, feijão (e mesmo ao café Robusta) estavam interditados os mercados exteriores, mesmo os mais próximos, pelo excessivo preço dos fretes e pelos direitos alfandegários a que se viam obrigados<sup>52</sup>; as difíceis condições de transporte interno também se encontravam entre os óbices; para o seu desenvolvimento faltavam também elementos como a irrigação. Como exemplos, existindo em 1922 uma grande plantação de nelly (arroz) na costa sul, o gerente do BNU considerou que uma parte da mesma seria destruída pela falta de condições de rega e que a falta de

---

<sup>47</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 54, 13-10-1927.

<sup>48</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

<sup>49</sup> Figueiredo, cit., p. 222.

<sup>50</sup> BNU, 032.28/340, of.s de Díli, res. n. 72, 8-11-1926; res. n. 52, 6 -6-1926.

<sup>51</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>52</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

condução para os mercados também inibiria a sua venda lucrativa<sup>53</sup>; a interrupção das viagens do vapor Díli provocou a deterioração do milho e arroz na costa Sul, em 1928<sup>54</sup>; a capacidade de venda de arroz para a parte holandesa da ilha, quando aí houve escassez, ficou impossibilitada pela concorrência do produto mais barato de Surabaia e Celebes<sup>55</sup>.

### **A limitação industrial**

Para além da agricultura escasseavam outros elementos produtivos<sup>56</sup> e as fontes do BNU refletem o facto. Eram poucas as iniciativas dedicadas à indústria e de imediato arruinadas pela concorrência dos comandantes militares, segundo a observação da nossa fonte<sup>57</sup>. Como exemplo, quando um chinês se propôs tomar o hangar da Repartição de Fomento para produção de energia elétrica, a Câmara de Díli municipalizou o serviço, inviabilizando a causa.

Sendo poucas as referências a este setor, ainda assim, em 1923, foi salientada a ação do administrador de Manatuto e sua esposa para o fabrico de telha e de rendas; em Litéfó faziam-se chapéus de palha, usados pelas senhoras da colónia; existiam trabalhos de talha em pontas de búfalo; estabeleceu-se uma indústria de saboaria montada por um chinês<sup>58</sup>; em 1930 contavam-se dois estabelecimentos particulares para tratamento de café e cereais<sup>59</sup>.

### **Exploração do subsolo**

As explorações do subsolo constavam, há muito, como fonte de riquezas por aproveitar, considerando-se, particularmente, a exploração petrolífera. Esta teve início no final do século XIX e a primeira companhia fundada para a sua exploração surgiu em 1902, mas com resultados insignificantes; em 1910 foi reorganizada como Timor Concessions, Lta. Outros pedidos de concessão foram posteriormente apresentados<sup>60</sup>.

A dinâmica manteve-se ao iniciar-se a década de 1920, mas os resultados continuaram infrutíferos: no início de 1921 retirou-se uma missão americana

<sup>53</sup> BNU, 032.3/20, rel. 1922.

<sup>54</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 65, 17-10-1928.

<sup>55</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>56</sup> Figueiredo, cit., p. 242–243.

<sup>57</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930; 032.31/391, of. de Díli, res., n. 38, 18-6-1930.

<sup>58</sup> BNU, 032.4/21, rel. 1923.

<sup>59</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

<sup>60</sup> Figueiredo, cit., p. 199–201; Gunn, cit., p. 224–226.

que aqui estivera a investigar ao serviço da Companhia de Petróleo de Timor, enquanto as minas de Susi, da Internacional Petroleum C.<sup>a</sup>, interromperam as suas pesquisas pela falta de resultados; em ambos os casos mostrava-se necessário o investimento de grande soma de capital para se poder compreender se a exploração seria conveniente<sup>61</sup>. A primeira destas sociedades manteve a sua ação e em junho chegaram engenheiros e outras pessoas para iniciar os trabalhos<sup>62</sup>. Penso que a empresa que o bancário designou em português deverá corresponder à Timor Petroleum Co. Ltda, que, contudo, não operava como tal mas em nome individual de Staughton (a companhia financiava as concessões mas não era reconhecida pelo Governo português)<sup>63</sup>; esta optou pelo investimento e em 1926 fazia perfurações sem olhar a despesas<sup>64</sup>; o representante da mesma informou o gerente do BNU que do resultado da sua inspeção seria ponderada a solicitação de monopólio<sup>65</sup>. Aliás, por volta de meados da década notava-se grande interesse de agentes australianos na obtenção de concessões petrolíferas e no exclusivo de pesquisas<sup>66</sup>.

Todavia, também neste caso se verificou que os poucos resultados<sup>67</sup> acompanhavam a inadequada ação dos funcionários, que bebiam muito e trabalhavam pouco; o gerente do BNU sugeriu, por isso, que se estava perante um «bluff»<sup>68</sup>. Em 1930 os empregados encontravam-se sem dinheiro, abandonados pela Companhia<sup>69</sup>, provavelmente devido às medidas protecionistas impostas na Austrália que, entre outros pontos, incluíram obstáculos a transferências monetárias<sup>70</sup>.

Não era melhor a situação do concessionário de manganês de Baucau, F. Kimkenberg, que também teve de se retirar (deixando dívidas por saldar), depois de abandonado pelos seus financiadores de Java<sup>71</sup>.

---

<sup>61</sup> BNU, 032.3/19, rel. 1921,

<sup>62</sup> BNU, 032.26/323, of. de Díli, res. n. 27, 29-6-1921.

<sup>63</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 47, 24-8-1927.

<sup>64</sup> BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 72, 8-11-1926.

<sup>65</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 47, 24-8-1927.

<sup>66</sup> BNU, 032.28/349, of. de Díli, res. n. 89, 23-11-1925.

<sup>67</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 72, 11-12-1928.

<sup>68</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 37, 28-4-1928.

<sup>69</sup> BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 16, 27-3-1930.

<sup>70</sup> BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 31, 21-4-1930.

<sup>71</sup> BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 16, 27-3-1930.

## Limitação comercial

### Falta de condições internas

Apesar da existência de culturas de consumo local, era essencialmente para a exportação que se perspetivava o investimento, nacional ou estrangeiro. Mas tal exigia infraestruturas e incentivos que constantemente se apontavam como óbices à expansão. Deste modo, além da falta de irrigação, sobre a qual ainda em 1930 se dizia que estava tudo por fazer<sup>72</sup>, a análise das fontes do BNU repete frequentemente que as produções com maior potencial para venda exterior estavam constantemente pressionadas por três fatores: tratamento dos produtos, transportes e direitos pautais<sup>73</sup>.

Alguns produtos viam a exportação interdita pela incapacidade de apresentação adequada perante os mercados estrangeiros. Assim acontecia com o milho e arroz, que, além de outros fatores, necessitariam de ensilagem para se poderem apresentar no exterior<sup>74</sup>. Mesmo o café ficava desvalorizado porque os comerciantes chineses preferiam enviá-lo para Macáçar para só aí ser preparado para os mercados europeus<sup>75</sup>.

Faltava em Timor uma rede de estradas que permitisse o trânsito dos produtos e, não obstante o reconhecimento da necessidade<sup>76</sup>, em 1922 mantinham-se as vias existentes em 1908; apesar de os povos estarem obrigados a este trabalho e das despesas feitas com as mesmas, muitas das construções tinham-se destruído pela falta de consolidação ou pelo abandono a que tinham sido votadas; deste modo, limitava-se a 12 quilómetros o troço que podia ser percorrido por carros a partir de Díli para o interior<sup>77</sup>. Só em algumas fases se implementava alguma mudança nesta situação, embora sem prosseguimento desta forma: em 1924 houve um grande esforço para resolver o problema da viação e o próprio Encarregado de Governo se dedicou pessoalmente a dirigir as obras a estrada Díli-Ermera a Hato-Lia, que teve então um impulso importante<sup>78</sup>. Novo ímpeto ocorreu em 1926, com a abertura de algumas vias, porém, feitas inadequadamente e não resistindo às chuvas<sup>79</sup>. A inversão desta problemática

---

<sup>72</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

<sup>73</sup> Entre muitos outros, BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 37, 28-5-1928.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> BNU, 032.4/21, rel. 1923.

<sup>76</sup> Figueiredo, cit., p. 340–341.

<sup>77</sup> BNU, 032.3/20, rel. 1922.

<sup>78</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>79</sup> BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 72, 8-11-1926.

deveu-se ao governador Teófilo Duarte, que elaborou um plano de construções de estradas de penetração, considerado essencial para a colonização europeia<sup>80</sup>; chegou, de facto, a inaugurar alguns troços, levando o gerente do BNU a considerar que, continuando assim, em quatro anos disporiam de uma rede de viação para toda a colónia portuguesa<sup>81</sup>. Porém, aquela autoridade deixou Timor, que voltou a abandonar esta atividade, perdendo-se muitas obras; o assunto voltou a merecer atenção por volta de 1930<sup>82</sup>.

A inexistência de caminhos adequados e de meios de transporte impedia um maior desenvolvimento agrícola, tornando mais morosa e cara a deslocação das produções e impedindo-as de chegar aos mercados em épocas de preço compensador<sup>83</sup>. À costa sul, sobretudo, deparavam-se maiores obstáculos, pela distância do porto. Neste caso mostrava-se preferível a condução dos produtos em navios, mas os problemas eram outros: as embarcações à vela não se aventuravam para essa parte da ilha<sup>84</sup>, limitando-se as possibilidades ao vapor estatal Dilly. A precaridade deste impunha a sua substituição e, de facto, por volta de 1924 colocou-se a hipótese de aquisição de uma nova embarcação<sup>85</sup>, o que não veio a suceder. Assim, eram frequentes os períodos de inatividade do navio, devido à necessidade de reparações, à falta de combustível ou de elementos humanos<sup>86</sup>, a que se somavam as ocupações em representação oficial, obstando à sua utilização; em consequência, as produções, ficavam, por vezes, destruídas, sem chegar aos mercados<sup>87</sup>.

### Ligações ao exterior

Apesar de há muito se considerar a necessidade de uma carreira portuguesa entre a metrópole e as colónias do Oriente, entre as quais Timor<sup>88</sup>, as ligações

---

<sup>80</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 45, 266-1928.

<sup>81</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 65, 17 -10-1928.

<sup>82</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930; 032.31/391, of. de Díli, res. n. 52, 29-8-1930.

<sup>83</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>84</sup> BNU, 032.3/20, rel. 1922.

<sup>85</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>86</sup> Por exemplo, em 1927 dizia-se que as mercadorias estavam acumuladas porque o navio parara depois de um tenente ter partido para a metrópole, incompatibilizado com o governador. BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 36, 86-1927.

<sup>87</sup> BNU, 032.29/346, of. de Díli, res. n. 79, 11-11-1922; 032.29/352, of. de Díli, n. 65, 17-10-1928.

<sup>88</sup> Entre as fontes salientaram-se as teses que foram apresentadas nos dois congressos coloniais: Conde de Penha Garcia, “These - Colonisação de Timôr”, in *Congresso Colonial Nacional Inaugurado no Dia dois de dezembro de 1901. Actas das Sessões*, Lisboa, A. Liberal

existentes eram estrangeiras e nem sempre se mantinham diretas. Em 1922, por exemplo, as malas holandesas não recebiam da colónia para Lisboa mas sim na viagem inversa<sup>89</sup>.

Numa escala mais regional, em 1922, a Eastern & Australia as C<sup>a</sup> Ltd. fazia viagens entre Singapura e Austrália, tocando Timor. Dois anos depois, o gerente relatou que os navios da linha da Austrália começaram a tocar Díli recebendo passageiros no seu caminho entre aquele porto e Macáçar, e vice-versa; todavia, mas o aumento de emolumentos alfandegários e outros entraves colocados pelas autoridades portuguesas afastaram-nos. As companhias australianas, entretanto, pediam preços aceitáveis quando se procurava um acordo com as mesmas, uma vez que o Governo denunciara o contrato que antes tinha feito com a Burns Philp<sup>90</sup>.

A Koninklijke Paketvaart Mastschppij (KPM) passou a frequentar bimensalmente o porto de Díli, permitindo um contacto mais estreito com Java e as Celebes; em 1923 já só chegavam uma vez por mês e raramente aportavam outros navios a Díli<sup>91</sup>. A KPM tornou-se o elo essencial nos anos seguintes, apesar das dificuldades que colocava e que para o gerente do BNU, apesar de ser seu agente, eram o reflexo da política holandesa, aparentando relações oficiais cordiais enquanto se esforçava por prejudicar o comércio de Timor português, em benefício da sua própria colónia. Deste modo, em 1924, quando o governo de Lisboa duplicou as taxas consulares, aquela companhia elevou os fretes destinados a Timor, no valor de 20% a partir de Surabaia, 50% de Macáçar e 100% dos outros portos<sup>92</sup>.

A exploração destes preços era, de facto, uma consequência da monopolização dos transportes, pela falta de concorrência durante a maior parte do período. Em 1928 ainda se procurou estabelecer uma carreira direta para Macau, por contrato com a Sino-Portuguese Navigation Company; apesar de então os mercados chineses não oferecerem grandes vantagens, o objetivo era baratear os fretes<sup>93</sup>. Contudo, a deslocação do navio para a doca, em Hong Kong, interrompeu esta

---

- oficina, 1902, p. 77-79; Henrique Monteiro Corrêa da Silva, "Tese - A navegação Mercante Nacional enter a Metrópole e as Colonias e entre Estas", in *Congresso Colonial Nacional de 6 a 10 de Maio de 1924. Teses e Actas das Sessões*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1924. Veja-se também Figueiredo, cit., p. 347-348.

<sup>89</sup> BNU, 032.3/20, rel. 1922.

<sup>90</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>91</sup> BNU, 032.4/21, rel. 1923.

<sup>92</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>93</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, n. 37, 28-4-1928.

tentativa<sup>94</sup>. Outras experiências foram, entretanto feitas por outras empresas, algumas com menores condições, até que, em 1930, a «Macao Timor Line» procurou manter estas viagens, mas sem possibilidades de competir com a companhia holandesa que, em guerra, baixava então temporariamente os fretes<sup>95</sup>. Neste ano, além dos dois navios mantidos pela KPM, outros tocavam em Timor, agenciados pela SAPT, mas essencialmente para transporte de essência e óleos minerais<sup>96</sup>.

### Outras adversidades

As pautas alfandegárias constituíam outro dos embaraços frequentemente repetidos nas páginas escritas pelos gerentes do BNU. Em setembro de 1922 foram postas em vigor novas taxas, mais elevadas, cujo objetivo era aumentar as receitas da província. De acordo com a observação do responsável bancário, não tinha havido critérios definidos de espécies, valores de produtos ou crises de colocação e produção, pelo que o resultado se tornara verdadeiramente negativo. Nesse momento os produtos portugueses, com destaque para vinhos e licores, tornaram-se mais dispendiosos na colônia portuguesa do que na vizinha holandesa; a vida encareceu, especialmente para os europeus que mais adquiriam produtos da metrópole; em causa estava também o valor atribuído à pataca, para pagamento de direitos, 450 réis<sup>97</sup>. Tal pauta surgia igualmente como uma perturbação a possíveis investimentos: já em 1923 o responsável bancário descrevia os estrangeiros potencialmente interessados em se estabelecerem na colônia como indecisos porque os direitos de exportação eram de 12%<sup>98</sup>; no entanto, a representação de Kellie Smith ao Governo, fazendo-o sentir que estas pautas o impediriam de introduzir novas culturas, como roselle, algodão e quina, levaram a que os Conselhos Executivo e Legislativo baixassem os direitos para novas culturas a 2,5%; o mesmo não sucedeu com a proposta do representante dos agricultores para a sua extensão à borracha, ficando o assunto em estudo porque só aquele produtor a tinha e não exportava (porque o preço não pagava as despesas) ou, como observava o gerente, porque era português enquanto os outros vinham do estrangeiro<sup>99</sup>.

---

<sup>94</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, n. 65, 17 -10-1928.

<sup>95</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930; 032.3/391, of.s de Díli, res. n. 16, 27-3-1930, n. 30, 21-4-1930, n. 52, 29-8-1930.

<sup>96</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

<sup>97</sup> BNU, 032.3/20, rel. 1922; 032.29/364, of. de Díli, res., n. 79, 11-11-1922.

<sup>98</sup> BNU, 032.29/346, of. de Díli, res., n. 44, 14-4-1923.

<sup>99</sup> BNU, 032.29/346, of. de Díli, res., n. 64, 76-1923.

Ao longo dos anos repetiram-se as queixas mas não se registaram alterações; o governador Teófilo Duarte chegou a propor alterações, mas a resposta de Lisboa tardou<sup>100</sup>.

### A evolução das exportações

Considerando as culturas que já analisámos, os principais produtos exportáveis eram, por ordem da importância, na lista organizada em 1922, café, copra, cera, sândalo, couros, cacau, pontas de búfalo e de veado e pau tintural<sup>101</sup>. Entre eles constava ainda o sândalo, que noutros tempos tinha sido primordial para a economia local, mas cuja oferta se reduzia progressivamente; no final de 1919 já se verificava que a diminuição do preço não compensava a venda<sup>102</sup> e acabou por desaparecer das exportações.

Entre todos era, sem dúvida, o café que ocupava o papel central, dele dependendo essencialmente a economia local. Como se constata no quadro I, referente a 1930, este produto correspondia a 81,5% do valor de todos os que foram embarcados na colónia. Estas contas do responsável pelo BNU são um pouco diferentes das que constam noutras fontes<sup>103</sup>, mas ambas mostram que nesta fase o café ultrapassava os quatro quintos de todas as vendas ao estrangeiro.

Pelo menos uma parte era adquirida para lotar com o que era produzido nas colónias holandesas, de inferior qualidade<sup>104</sup>.

**Quadro I** – Produtos embarcados em 1930 (em escudos)<sup>105</sup>

PRODUTOS	Pela KPM	Pela MTL (Macao Timor Line)	Total	
			Valores	%
Café	9.671.850\$00	1.517.025\$00	11.188.875\$00	81,5
Copra	475.416\$00	74.304\$00	549.720\$00	4,0
Borracha	54.296\$00	1.512\$00	55.808\$00	0,4
Cacau	112.644\$00	34.776\$00	147.420\$00	1,1
Diversos	1.422.000\$00	369.705\$00	1.791.705\$00	13,0
Total	11.736.206\$00	1.996.322\$00	13.732.528\$00	100,0

<sup>100</sup> BNU, 032.31/391, of. de Díli, res., n. 52, 226-1931.

<sup>101</sup> BNU, 032.3/20, rel. 1922.

<sup>102</sup> BNU, 032.29/346, of. de Díli, res. n. 61/1919, 13-12-1919.

<sup>103</sup> Resumidas no quadro em Figueiredo, cit., p. 227.

<sup>104</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 30, 13-4-1928

<sup>105</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

A evolução das exportações, todavia, não foi regular, sujeita a fenómenos naturais, mas também a pressões humanas.

O ano de 1921 marcou-se por colheitas pequenas e com preços de mercado igualmente baixos<sup>106</sup>, o que, de facto, se traduziu numa diminuição das exportações; no entanto, aumentaram muito no seguinte<sup>107</sup>.

Em 1923, a colheita do café parecia inicialmente pequena<sup>108</sup> mas acabou por superar as previsões<sup>109</sup>; todavia deparou-se com a possibilidade de ver a sua exportação interrompida para as Índias Neerlandesas, pois o respetivo Governador-geral, pela sua ordenança de 17 de abril, proibiu a importação sem autorização do Diretor do Fomento, Comércio e Indústria em Batávia; procurava deste modo impedir a repetição do ocorrido no ano anterior, quando se verificara a importação de grandes quantidades de produto brasileiro (em navios japoneses) e a sua mistura com os de Java e Timor, levando os compradores a recusarem-nos. Quando a Companhia KPM divulgou esta informação em Díli, as autoridades locais movimentaram-se de imediato: o gerente do BNU reuniu com os chineses exportadores que enviaram uma petição à autoridade holandesa; o governador português também telegrafou aos cónsules lusitanos em Batávia e Macáçar e conseguiu-se ultrapassar aquela ordem<sup>110</sup>. No entanto, os preços baixaram nesta última cidade<sup>111</sup>, o que, de facto, se traduziu numa redução do valor das exportações.

A colheita de 1924 começou igualmente por parecer escassa e mal remunerada, mas desenvolveu-se e acabou compensadora<sup>112</sup>; aliás, no geral, outros produtos da colónia também tiveram boa colocação e preços<sup>113</sup>. O ano de 1925 a caracterizou-se por más colheitas, em geral<sup>114</sup>, mas a exportação foi grande, com grande procura dos cafés timorenses<sup>115</sup>; apenas no ano seguinte se registou uma quebra nas exportações. Já em 1927, apesar de a colheita ser elevada<sup>116</sup>, atingiu igualmente

---

<sup>106</sup> BNU, 032.31/387, telegrama de Díli, 14-1-1921.

<sup>107</sup> Neste e nos parágrafos seguintes usaremos os números apresentados em Figueiredo, cit., p. 227.

<sup>108</sup> BNU, 032.29/346, of. de Díli, res. n. 74, 16-8-1923.

<sup>109</sup> BNU, 032.27/334, of. de Díli, res. n. 112, 13-12-1923.

<sup>110</sup> BNU, 032.29/346, of. de Díli, res. n. 64, 76-1923.

<sup>111</sup> BNU, 032.29/346, of. de Díli, res. n. 74, 16-8-1923.

<sup>112</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924; 032.27/334, of. de Díli, res. n. 76, 12-12-1924, entre outros

<sup>113</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>114</sup> BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 77, 23-9-1925, n. 89, 23-11-1925.

<sup>115</sup> BNU, 032.28/340, of. de Díli, res. n. 52, 6-6-1926.

<sup>116</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

preços elevados<sup>117</sup>, o que levou não só a grande aumento da quantidade exportada como também do valor que rendeu.

Seguindo o ciclo habitual da planta, a apanha de 1928 foi reduzida<sup>118</sup>, mas os problemas apresentaram-se também sobre outras formas. Depois de, no ano anterior, o governo timorense ter decidido acabar com os armazéns de descasque e preparo do café, alienando a maquinaria<sup>119</sup>, optou agora pela publicação de uma portaria proibindo a saída do produto não tratado mecanicamente, o que se apresentou como uma dificuldade acrescida aos exportadores<sup>120</sup>; os protestos levaram à suspensão da decisão sem anulação do diploma, mas apenas até julho<sup>121</sup>. Além disso, em maio, o mercado de Macáçar encontrava-se ainda retraído, esperando os resultados da colheita brasileira<sup>122</sup>, cada vez mais determinante; em outubro, grande parte do café timorense ainda se encontrava por vender naquela cidade, mantendo-se os preços baixos, o que levou o gerente do BNU a considerar a possibilidade de existência de um pacto entre os negociantes e destinado a afetar as cotações dos cafés portugueses<sup>123</sup>. Manteve-se, no entanto, o desânimo no comércio do produto nos meses seguintes, provavelmente devido aos stocks provenientes da produção do Brasil<sup>124</sup>.

Estes embaraços prolongaram-se em 1929 e 1930, com acumulação de stocks e baixa de preços – apesar do café se manter compensador em maio deste último ano<sup>125</sup>. Mas, crescentemente, faziam-se sentir outros obstáculos devido às medidas protecionistas tomadas pelos governos - de imediato pela vizinha Austrália<sup>126</sup> -, fruto da depressão generalizada; na Europa, esta dificultou o avanço da SAPT para o mercado alemão<sup>127</sup>.

No final deste ano, a crise económica levou a que o Ministério das Colónias publicasse um decreto facilitando a exportação do milho descascado e do café das colónias de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe, com medidas entre as quais se encontrava um bónus pautal de 50% nos direitos

<sup>117</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 64, 29-11-1927.

<sup>118</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 45, 266-1928, n. 59, 30-8-1928.

<sup>119</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 51, 20-9-1927, n. 37, 28-4-1928.

<sup>120</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, n. 59, 30-8-1928.

<sup>121</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 37, 28-4-1928, n. 45, 266-1928.

<sup>122</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, n. 37, 28-4-1928.

<sup>123</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 65, 17 -10-1928.

<sup>124</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 72, 11-12-1928.

<sup>125</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930, ; 032.22/287, of. de Díli, res., n. 75, 24-12-1929; 032.31/391, res. n. 16, 27-3-1930, n. 31, 21-5-1930, n. 38, 186-1930, n. 103, 9-11-1931, entre outros.

<sup>126</sup> BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 30, 21-4-1930, n. 31, 21-5-1930.

<sup>127</sup> BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 52, 29-8-1930.

de exportação<sup>128</sup>; sabendo dessa publicação através dos jornais, os agricultores timorenses apelaram ao Governo para que aquele diploma se alargasse à sua colónia, para evitar que grande parte do valor do produto se despendesse em direitos e fretes. Esperando a resposta, em novembro mantinham o café Robusta armazenado<sup>129</sup>, não obstante a produção deste corresponder a uma percentagem minoritária. Ao contrário do solicitado, as autoridades locais elevaram ainda os direitos de alfândega e exportação<sup>130</sup>. Em 1931, no entanto, a exportação de café começou a animar.

## Os mercados

**Quadro II** – Exportação para os principais mercados - piculs<sup>131</sup>

Mercados	Café	Copra	Borracha	Cacau	Diversos
Macáçar	19587,75	10180,00	70,00	46,21	2959,00
Copenhaga	1842,63				
Hamburgo	1234,85				
opção: Amsterdão, Roterdão e Hamburgo	840,92				
opção: Amsterdão, Roterdão	467,94				
Oslo	326,31				
Bremen	200,83				
Opção: Roterdão, Hamburgo + opção: Copenhaga/Oslo	251,16				
Arendal	25,20				
Lisboa	11,00				
Soerabaia	32,12				1790,00
Hong Kong	19,00				1516,00
Macau	10,00				104,00
Singapura			256,13		
Londres				149,44	267,00

Na continuação de uma estrutura anterior<sup>132</sup>, os principais mercados para os produtos timorenses encontravam-se na colónia holandesa, principalmente Macáçar, onde outros comerciantes os vendiam depois para os compradores na

<sup>128</sup> Decreto n. 18.806, 3-9-1930, DG, I série, n. 204.

<sup>129</sup> BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 65, 11-11-1930.

<sup>130</sup> BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 41, 2-4-1931.

<sup>131</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930. Um picul corresponde a 62 quilogramas.

<sup>132</sup> Figueiredo, cit., p. 261–263.

Europa, América ou Ásia<sup>133</sup>; uma parte do café era igualmente adquirida para lotar com a produção da colónia, de inferior qualidade<sup>134</sup>. Para esta preferência contribuíam, naturalmente, a proximidade geográfica e a maior facilidade de transporte, mas igualmente as ligações existentes entre as casas exportadoras neerlandesas e as de Díli<sup>135</sup> e também o facto de a produção timorense ser considerada pequena<sup>136</sup>. É, de facto, significativo que, não obstante a importância da cafeicultura na economia timorense, a colónia não constasse entre os principais produtores da região<sup>137</sup>.

Era, portanto, quase total a dependência do mercado vizinho, pelo que o gerente do BNU escreveu, em 1930, que

«Isto equivale a dizer que no dia em que os holandeses nos fechem o porto de Macáçar a crise económica de Timor é inevitável e pavorosa e a experiência tem-nos mostrado a dificuldade de modificar este estado de coisas e afastar o perigo pela rotina e dependência do comércio de Macáçar e más condições que os mercados da Europa oferecem para tratar directamente»<sup>138</sup>.

Poucos eram os empreendimentos que ultrapassavam esta sujeição. Em 1922, apenas a SAPT e a Companhia de Timor remetiam os seus produtos diretamente para a metrópole, quando ainda havia navegação direta para Lisboa; após a cessação dessa carreira, a primeira destas passou a colocar café, cacau e borracha em Roterdão, Amsterdão e Singapura<sup>139</sup>; perante o aumento das dificuldades de venda, no final da década, procurou chegar diretamente aos consumidores<sup>140</sup>.

O Banco Nacional Ultramarino pretendeu abrir aqui caminhos a uma diversificação de mercados. Deste modo, em 1923 expediu amostras de produtos nativos para a China e para Bombaim, sendo aceites alguns sacos de café neste último destino<sup>141</sup>; a Companhia de Timor vendeu o seu café em Londres através da filial local do mesmo banco<sup>142</sup>; no ano seguinte, a SAPT também para aí dirigiu 373 sacos, mas agora sem grande sucesso (em cinco meses apenas se tinham

<sup>133</sup> BNU, 032.3/20, rel. 1922; 032.4/22, rel. 1924; 032.4/23, rel. 1930.

<sup>134</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 30, 13-4-1928.

<sup>135</sup> BNU, 032.4/21, rel. 1923.

<sup>136</sup> BNU, 032.3/19, rel. 1921.

<sup>137</sup> Sevin, “Le Café au Timor-Oriental”, p. 5.

<sup>138</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

<sup>139</sup> BNU, 032.3/20, rel. 1922.

<sup>140</sup> BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 52, 29-8-1930.

<sup>141</sup> BNU, 032.4/21, rel. 1923.

<sup>142</sup> BNU, *ibidem*; 032.27/334, of. de Díli, res. n. 12, 11-2-1924.

vendido 109 e a espera não se mostrava adequada a estes empreendimentos)<sup>143</sup>. Outras vezes foi o próprio gerente em Díli que tratou do envio, como sucedeu em 1927, quando, por solicitação de dois plantadores, remeteu café também para a capital britânica<sup>144</sup>.

Este gerente era, aliás, um dos principais impulsionadores das tentativas de ultrapassar a sujeição ao mercado de Macáçar. Já nos primeiros anos desta década salientava a necessidade de uma companhia bem montada em Timor, com capital para armazenamento, escolha e preparação dos produtos de acordo com a procura europeia<sup>145</sup>. A sua percepção dos acordos entre os comerciantes estrangeiros, prejudicando os produtos portugueses e respetivos preços, levou-o também a tentar organizar um *trust* em que participasse o BNU, para conseguir colocar os produtos na Europa; porém, os seus esforços esbarravam constantemente na rotina e resistência dos chineses, que controlavam o comércio mas se guerreavam e concorriam continuamente<sup>146</sup>.

A carreira de navegação entre Timor e Macau, já acima referida, poderia igualmente ser um avanço para a expansão comercial, mas, na realidade, passada a fase do sândalo, a exportação para a China era extremamente reduzida<sup>147</sup>; mais uma vez o gerente do BNU procurou incentivar as vendas em Macau e portos chineses, porém as condições inviabilizavam a iniciativa: a colocação de café era difícil e morosa, as madeiras e coros vendiam-se mais caros em Timor do que na outra colónia portuguesa, os frutos não aguentavam a viagem, o preço do feijão americano era incombátível<sup>148</sup>.

## Conclusão

Apresentados os elementos, impõem-se algumas conclusões gerais. Assim, a visão que o gerente do BNU nos deixa nas fontes consultadas é a de uma autoridade crítica mas de quem está presente, de quem domina os conhecimentos locais. Ao contrário dele, a autoridade política ressentia-se da falta de uma direção forte, o que proporcionava a interferência das estruturas de níveis mais baixos; esta situação era um dos elementos que impedia o desenvolvimento das potencialidades da colónia.

---

<sup>143</sup> BNU, 032.4/22, rel. 1924.

<sup>144</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 51, 20-9-1927, n. 54, 13 -10-1927.

<sup>145</sup> BNU, 032.4/21, rel. 1923.

<sup>146</sup> BNU, 032.29/352, of. de Díli, res. n. 30, 13-4-1928, n. 37, 28-4-1928, n. 65, 17-10-1928.

<sup>147</sup> BNU, 032.4/23, rel. 1930.

<sup>148</sup> BNU, 032.31/391, of. de Díli, res. n. 19, 12-4-1930.

A economia timorense encontrava-se dependente do café, pelo que as dificuldades associadas a esta produção e respetiva venda eram fundamentais para a vida local em todas as suas dimensões, incluindo da soberania que se traduzia na cobrança do imposto.

Os fatores externos eram outrossim determinantes, mais pelo comércio dos produtos do que pelos investimentos reais; contudo, a ligação ao exterior fazia-se essencialmente pelos mercados vizinhos, dada a grande dificuldade em vencer as barreiras colocadas. Apesar das tentativas para colocar Timor em conexão com a metrópole ou as outras colónias portuguesas, não houve qualquer concretização – mas, neste caso, Timor não estava isolado, pois era uma situação comum à Índia e a Macau. Mesmo com esta última colónia, a mais próxima, falharam as ligações como mercado, mas sobretudo, pelo tipo de produções oferecidas. Deste modo, as ligações para além do contexto local eram diminutas.

Vista à distância, Timor constituía, pois, uma colónia com potencialidades de desenvolvimento, para a qual havia de conquistar empreendedores. Mas os obstáculos locais associavam-se à falta de outras estruturas ou decisões mais vastas que invertessem a sua situação.